

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.590 - MG (2018/0326740-8)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO-SINDIFES
AGRAVANTE : CLEUSA GOMES TEIXEIRA
AGRAVANTE : CLEUSA MARIA MARTINS COSTA AFFONSO
ADVOGADOS : MARIA DA CONCEIÇÃO CARREIRA ALVIM - MG042579
BERNARDO GONTIJO DE CASTRO - MG180948
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, IV E V, E 1.022 DO NCPC. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3.17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. COISA JULGADA. NÃO VIOLAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fls. 200-201):

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PAGAMENTO DO PERCENTUAL DE 3,17%. A LIMITAÇÃO DO REAJUSTE. INCLUSÃO DO PERCENTUAL DE 28,86%. INOCORRENTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. PSS SOBRE JUROS DE MORA.

1. Cuida-se de decisão proferida na regência do CPC de 1973, sob o qual também foi manifestado o recurso, e conforme o princípio do isolamento dos atos processuais e o da irretroatividade da lei, as decisões já proferidas não são alcançadas pela lei nova, de sorte que não se lhes aplicam as regras do CPC atual, inclusive as concementes à fixação dos honorários advocatícios, que se regem pela lei anterior.

2. Não é presumida a hipossuficiência das entidades sindicais, uma vez que recebe contribuições compulsórias e facultativas, dispondo, em princípio, de recursos previstos em lei e por adesão, exatamente para proceder à defesa dos direitos e interesses dos seus filiados e da categoria profissional respectiva. Sem a prova cabal da hipossuficiência, não se lhe defere a gratuidade de justiça.

3. O termo inicial do reajuste de 3,17% é a data de 1º/01/1995, e o termo final é a data da efetiva reestruturação ou reorganização de cargos e carreiras, conforme art. 10 da Medida Provisória n. 2.225, de 2001, ou, no caso de não ter havido reestruturação, o termo final é 31/12/2001, uma vez que o art. 9º da referida MP determinou a incorporação desse mesmo

percentual à remuneração dos servidores públicos federais a partir de 1º/01/2002, na linha da jurisprudência do STJ.

4. Não há falar em ofensa à coisa julgada no caso de não ter havido discussão no processo de conhecimento da questão concernente à reestruturação, uma vez que o direito ao referido complemento de reajuste foi assegurado pelo legislador a todos os servidores, nos termos do art. 9º da Medida Provisória n. 2.225-45, de 2001, dispondo-se, ainda, que, se tivesse havido reestruturação da carreira, até aí incidiria o reajuste, nos termos do art. 10 da mesma medida provisória. Portanto, se a sentença impôs como data limite ao reajuste data anterior à referida medida provisória, tendo transitado em julgado, vigora o quanto disposto na sentença; se não foi fixado limite temporal, a regra da lei, que determinou o reajuste para todos os servidores, alcança todas as demais situações, pois em casos assim a violação do direito, pela não aplicação do art. 28 da Lei n. 8.880, de 1994, foi restaurada pela referida medida provisória. É cediço que a sentença em casos da espécie tem eficácia *tabus sic stantibus*, de modo que restaurado o direito tem-se atendido o quanto nela determinado, não podendo haver, por outro lado, duplicidade de incidência do mesmo percentual aos servidores, uma pela lei e outra, pela sentença.

5. O reajuste de 3,17% tem natureza de reajuste geral de vencimentos, conforme Lei n. 8.880, de 1994, devendo ser incorporado aos vencimentos dos servidores, o que inclui o vencimento básico e as vantagens e gratificações de caráter permanente vinculadas ao exercício do cargo.

6. O reajuste de 3,17% deve incidir sobre a remuneração do servidor, o que inclui o índice de 28,86%.

7. De acordo com o disposto no § 1º do art. 4º da Lei n. 10.887, de 2004, que trata da incidência do PSS, os juros de mora não fazem parte da base de contribuição, pois têm natureza indenizatória e não remuneratória.

8. Nos termos da Súmula n. 306 do STJ, os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. O Supremo Tribunal Federal tem reafirmado sua jurisprudência, no sentido dessa possibilidade de compensação, conforme precedente declinado no voto.

9. Juros de mora e correção monetária fixados nos termos do voto.

10. Apelação da parte embargada desprovida; apelação da parte embargante provida, em parte, para ajustar os juros de mora e a correção monetária como declinados no voto.

Os embargos de declaração interpostos pelo Sindicato foram rejeitados (e-STJ fls. 227-228).

Nas razões do recurso especial, interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, os agravantes apontam, preliminarmente, violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

No mérito, a parte recorrente aponta violação dos arts. 10 da Medida Provisória 2.225/2001 e 493, 502, 503, 507, 508, do Código de Processo Civil/2015. Sustenta, em síntese, que não é possível arguir, em sede de embargos à execução, a limitação do reajuste de 3,17% a maio de 2001, por força da MP 2.150-39.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 310-315).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de

admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 354-355).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022, I e II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Na origem, cuida-se de embargos opostos pela recorrida à execução que lhe move os exequentes, fundada em título executivo judicial que interpreta o reajuste de 3,17% proveniente da Lei 8.880/1994.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação, mantendo a sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos no sentido de manter a limitação do reajuste à data da reestruturação de cargos dos embargados (maio de 2001).

Na espécie, vê-se que o Tribunal local enfrentou devidamente as questões postas ao entendimento de que os servidores Técnicos-Administrativos foram beneficiados com a edição da MP 2.150-39/2001, pela reestruturação das carreiras, devendo a diferença dos 3,17% ser limitada ao mês de maio de 2001.

No mais, o recurso não merece prosperar, porque, consoante jurisprudência do STJ, no tocante à MP 2.225-45/2001, referida norma constitui fato superveniente a ser invocado até mesmo em execução, no caso de ter a sentença que reconheceu o direito ao resíduo de 3,17% transitado em julgado em momento anterior à sua vigência, o que afasta, portanto, eventual ocorrência de afronta à coisa julgada na hipótese vertente (c.f.: AgRg no REsp 1.176.830/RS, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 4/8/2014).

Correto pois o acórdão recorrido que limitou a incidência do reajuste de 3,17% à data em que houve a reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFES), o que ocorreu com a entrada em vigor da MP 2.150-39 de 31 de maio de 2001 (c.f. AgRg no Ag 1.351.949/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15/4/2014). Incide, na espécie, o teor da Súmula 83/STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO À REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA.

1. É firme a jurisprudência desta Corte Superior de que não resulta ofensa à coisa julgada a determinação de limitação temporal do pagamento do reajuste de 3,17% à data da reestruturação ou reorganização da carreira. Precedentes.

2. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no ARESP 1.411.339/MG, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 9/3/2020, pendente de publicação)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535

DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3,17%. LIMITAÇÃO TEMPORAL. COISA JULGADA. NÃO VIOLAÇÃO.

1. Caso em que o Tribunal de origem negou provimento às apelações, mantendo a sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos no sentido de reconhecer a compensação dos valores pagos administrativamente; a limitação do reajuste à data da reestruturação de cargos dos embargados (maio de 2001); e a exclusão, da base de cálculo, das retribuições por cargos de direção e funções gratificadas modificadas pela Lei n. 9.640/1998.

2. Não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no artigo 535 do CPC/1973 a reclamar a anulação do julgado, mormente quando o acórdão recorrido está devidamente fundamentado.

3. Correto o acórdão proferido ao limitar a incidência do reajuste de 3,17% à data em que houve a reestruturação da carreira dos Técnicos Administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFES), o que ocorreu com a entrada em vigor da MP 2.150-39 de 31 de maio de 2001. Precedente: AgRg no Ag 1.351.949/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15/4/2014.

4. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl. no REsp 1.230.882/PR, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/06/2017)

Ante o exposto, **conheço do agravo para negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator